INCT PARTICIPA

OPAR
OBSERVATÓRIO PARTICIPA

Nota Técnica

NT 02	OPar - A participação social nas eleições para Presidência da República - 2026	14 de set. de 2026

A participação social nas eleições para Presidência da República - 2026

Sumário Executivo

- Esta Nota Técnica (NT) examina os programas de governo apresentados pelas candidaturas à Presidência da República, comparando o lugar, sentidos, públicos e instrumentos conferidos à participação social nos planos de governo registrados no TSE.
- Cinco das treze 13 candidaturas à presidência da República não registraram nenhuma ocorrência do termo, das quais quatro pertencem a partidos situados à direita e um à esquerda no espectro ideológico.
- Os planos de governo dos candidatos do PT e do PSD (esquerda e direita, respectivamente) destacam-se por conferir maior importância à participação em seus programas e maior diversidade de áreas de políticas públicas nas quais se prevê algum tipo de participação social.
- O plano de governo do PT apresenta instrumentos de participação institucionalizada mais diversos e é o único que inclui especificamente Conferências e Ouvidorias nesse repertório, evidenciando a conexão histórica entre a institucionalização da participação social no país e a trajetória desse partido.
- De modo condizente com esse padrão, o PT apenas não considera dois instrumentos de participação dentre o universo daqueles citados em todos os planos de governos: plebiscitos e referendos, ambos instrumentos de democracia direta.

- Os instrumentos de participação direta, plebiscitos e referendos, são comuns nos planos de outros dois partidos de esquerda, PCB e UP, e só o último considera a participação na política econômica.
- Os programas dos partidos de esquerda apresentam uma variedade maior de temas e tipos de instrumentos de participação: dez temas ou áreas de políticas públicas, e dez tipos de instrumentos mencionados.
- O programa do Avante, único partido de centro-direita, é o que apresenta menor quantidade de temas nas propostas participativas em seu programa: três temas ou áreas de políticas públicas são citadas. Esse partido apresenta quantidade intermediária de tipos de instrumentos (quatro) e de diferentes públicos (cinco) quando comparado com os partidos de esquerda e de direita.
- Os partidos de direita são os que apresentam menor variedade de instrumentos participativos: citam apenas quatro tipos em seus programas; e apresentam quantidade menor de temas em relação aos partidos de esquerda, mas superior em relação ao partido de centro-direita, com sete temas.
- Entre os partidos de direita, PRTB, DC e Missão não fazem referência a qualquer elemento relacionado à participação em seus programas, incluindo o uso do termo e seus correlatos, ou propostas de implementação de participação sobre temas de políticas, previsão de instrumentos ou públicos específicos.
- No espectro da direita, o PSD se destaca pela diversidade de públicos incluídos nas propostas de participação. O único outro partido de direita que menciona públicos específicos é o Democrata (indígenas e povos e comunidades tradicionais).
- Apenas quatro partidos incluem a participação no judiciário, ausente nos planos do PT e do PSD: da esquerda, PCB e PCO; e da direita, Democrata e PL. O PL é o único partido que contempla a participação no Ministério Público.
- No geral, observa-se uma disparidade entre a presença de referências à participação e a ausência de especificação de propostas capazes de organizar a participação como política de governo.

- Recomenda-se que partidos e candidaturas: (1) incorporem a participação social de forma mais explícita, central e transversal aos programas de governo; (2) ampliem seu alcance para além da consulta, assegurando possibilidades efetivas de proposição, deliberação, monitoramento, controle e cogestão; (3) invistam em inovações participativas, combinando mecanismos presenciais e digitais, territoriais e temáticos; (4) adotem desenhos participativos orientados à inclusão e à redução das desigualdades, garantindo voz e influência a grupos historicamente sub-representados; e (5) prevejam instrumentos para avaliar a qualidade e a efetividade das políticas de participação.

Resumo técnico

O projeto “A participação social nos programas de governo – eleições 2026”, iniciativa do OPar – Observatório Participa, do INCT Participa, visa produzir um panorama comparativo sobre o lugar conferido à participação social nas agendas eleitorais de 2026 e sobre as formas institucionais e políticas por meio das quais ela é concebida e proposta pelas candidaturas à Presidência da República e aos governos estaduais.

A análise busca identificar “se” e “em que medida” a participação social integra as propostas programáticas das candidaturas, examinando as diferentes concepções de participação social mobilizadas – como acesso à informação, transparência, prestação de contas, consulta à população, fiscalização e partilha do poder decisório; e os instrumentos concretos previstos para sua implementação – como conselhos, conferências, audiências públicas e consultas presenciais ou digitais. Identificam-se, ainda, os contextos nos quais a participação é acionada nos programas, considerando sua vinculação a áreas temáticas e políticas setoriais, territórios específicos e públicos ou espaços prioritários.

Nesta nota técnica, o foco está nos planos de governo apresentados pelas candidaturas à Presidência da República. O universo, identificado a partir dos registros do Tribunal Superior Eleitoral (TSE), compreende 13 candidaturas. A metodologia combina levantamento documental, análise de conteúdo, classificação e comparação entre as propostas. Cada programa de governo é analisado a partir de dois eixos. No primeiro, buscamos examinar a frequência com que a palavra “participação”, enquanto envolvimento da sociedade na gestão pública, aparece expressamente nos programas, bem como os sentidos e os qualificadores associados a ela. No segundo, buscamos ir além da presença explícita do termo “participação”, de modo a captar se e como os planos de governo incorporam políticas participativas em suas propostas, identificando os públicos aos quais se dirigem, os temas e as áreas

de políticas públicas em que elas estão previstas, bem como os instrumentos concretos por meio dos quais se pretende viabilizá-las[1].

Os resultados da análise apontam que os planos de governo dos candidatos do PT e do PSD, entre os documentos analisados, destacam-se por conferir maior presença do termo "participação", no sentido de envolver a sociedade na gestão pública. Em contraste, cinco das 13 candidaturas não registraram nenhuma ocorrência do termo, das quais quatro pertencem a partidos situados à direita do espectro ideológico. Entre os qualificadores mais recorrentes associados ao termo "participação", estão: "social/da sociedade", "da sociedade civil" e "popular/do povo".

Quando mencionada nos planos, a participação é predominantemente associada ao sentido de "partilha de poder/decisão pública" (presente em seis planos) e, em seguida, de "gestão/implementação de políticas" (presente em cinco planos) e "controle social/accountability" (presente em quatro planos de governo). Nota-se que nos planos do PT, Avante e PSD a participação aparece associada a maior pluralidade de sentidos. Em contraste, no documento do PCB, aparece associada somente à ideia de "partilha do poder".

A análise buscou captar também diferentes formas pelas quais a participação social é incorporada aos planos de governo, mesmo quando essa palavra não aparece explicitamente. O meio ambiente e o judiciário foram os temas ou áreas de políticas públicas mais associadas, nos planos, a alguma forma de incidência da sociedade. Os planos do PT e do PSD destacaram-se por apresentar a maior diversidade de áreas de políticas públicas nas quais se prevê algum tipo de participação social. Em relação aos públicos e aos espaços da participação, "povos indígenas" e "nos territórios" são os dois termos mais associados nos planos. Novamente, as candidaturas do PT e do PSD são as que mais associam públicos e espaços distintos à participação social.

Dos 13 programas analisados, sete apresentam "outros colegiados" como o instrumento mais mencionado para implementação de políticas participativas. "Consultas Públicas" e "Conselhos ou outros colegiados de base"

[1] Os procedimentos metodológicos estão detalhados na Nota Metodológica disponível em https://inctparticipa.org/site/images/2026/pdfs/Nota_metodologica_OPar_programas_de_governo_2026.pdf

foram os segundos tipos mais citados. O plano de governo do PT é o que apresenta instrumentos mais diversificados e é digno de nota que as Conferências e as Ouvidorias, instrumentos conhecidos e consolidados de participação, só aparecem no plano desse partido. Os instrumentos de participação direta, plebiscitos e referendos, aparecem nos planos de dois partidos de esquerda, PCB e UP. O plebiscito também é mencionado no programa do Democrata, situado à direita no espectro ideológico.

As propostas de participação, nos programas, frequentemente carecem de detalhamento sobre como seriam efetivadas. Os planos de governo em disputa nas eleições de 2026 evidenciam o desafio de avançar para além de referências genéricas à participação, de modo a estabelecer compromissos mais explícitos com instrumentos e práticas capazes de distribuir voz e influência sobre as decisões públicas na população afetada por essas decisões. Ampliar a participação não significa apenas multiplicar canais, mas criar condições para que diferentes públicos possam, efetivamente, influenciar as decisões públicas.

Com base nessa análise, recomenda-se que partidos e candidaturas: (1) incorporem a participação social de forma mais explícita, central e transversal aos programas de governo; (2) ampliem seu alcance para além da consulta, assegurando possibilidades efetivas de proposição, deliberação, monitoramento, controle e cogestão; (3) invistam em inovações participativas, combinando mecanismos presenciais e digitais, territoriais e temáticos; (4) adotem desenhos participativos orientados à inclusão e à redução das desigualdades, garantindo voz e influência a grupos historicamente sub-representados; e (5) prevejam instrumentos para avaliar a qualidade e a efetividade das políticas de participação.

Os resultados apresentados nesta Nota Técnica podem ser acessados e consultados de forma desagregada por partidos, ideologia e dimensão da participação no visualizador disponível no site do OPar - INCT Participa.

Introdução

O fortalecimento da democracia depende do comprometimento dos partidos e das candidaturas em reconhecer os cidadãos, as cidadãs e suas organizações não apenas como destinatárias da ação pública, mas como sujeitos com voz e capacidade de incidir sobre sua formulação, implementação e avaliação.

A análise apresentada nesta Nota Técnica é parte do projeto “A participação social nos programas de governo - eleições 2026”, iniciativa do OPar - Observatório Participa, do INCT Participa e objetiva produzir um panorama comparativo sobre o lugar conferido à participação social nas agendas eleitorais de 2026 e sobre as formas institucionais e políticas por meio das quais ela é concebida e proposta pelas candidaturas à Presidência da República.

A participação social constitui instrumento fundamental e indispensável por meio do qual as democracias podem ampliar a responsividade do Estado, promover o controle público, incorporar conhecimentos e interesses diversos às decisões públicas, qualificar as políticas públicas, aproximar cidadãos das instituições políticas e fortalecer a confiança no seu funcionamento. Defender e aprofundar a participação deve, portanto, integrar a agenda de todos os partidos e governos comprometidos com o fortalecimento da democracia.

Resultados

Perfil das candidaturas à Presidência nas eleições de 2026

Nas eleições de 2026, foram registradas 13 candidaturas à Presidência da República, das quais 11 são de homens e duas de mulheres. Em relação à raça/cor, 10 candidatos se autodeclaram brancos, dois pretos e um pardo. Não há candidaturas de pessoas autodeclaradas amarelas ou indígenas. A ampla maioria das candidaturas, 11 dentre as 13, possuem ensino superior completo.

Quanto ao perfil etário, observa-se a predominância de candidaturas em faixas de idade mais elevadas: oito dos 13 candidatos têm mais de 50 anos. O cruzamento entre gênero e idade evidencia uma diferença importante. Enquanto as duas candidatas mulheres têm idade média de 39 anos, entre os 11 candidatos homens a média é de 61 anos. Portanto, além de minoritária, a presença feminina na disputa presidencial de 2026 apresenta um perfil geracional significativamente mais jovem do que o observado entre as candidaturas masculinas.

Para classificar os partidos no espectro político, utilizou-se a classificação da tipologia ideológico-partidária de Bolognesi e colegas (2025). Das 13 candidaturas, cinco pertencem a partidos do espectro da esquerda: PT (Partido dos Trabalhadores), PCB (Partido Comunista Brasileiro), UP (Unidade Popular), PSTU (Partido Socialista dos Trabalhadores Unificados) e PCO (Partido da Causa Operária); um pertence a partido de centro-direita: Avante (Avante); e sete pertencem a partidos do espectro da direita: PSD (Partido Social Democrata); PL (Partido Liberal), Democrata (Democrata), Novo (Partido Novo), PRTB (Partido Renovador Trabalhista Brasileiro); DC (Democracia Cristã)[2]; e Missão (Partido Missão)[3].

Em síntese, o perfil das candidaturas à Presidência da República em 2026 revela uma disputa marcada por forte predominância masculina, branca,

[2] Com base na tipologia de Bolognesi, B.; Codato, A.; Ribeiro, E.; Silva, B. F. (2025), "O desaparecimento do centro ideológico no sistema partidário brasileiro: a classificação mais atualizada dos experts", *Opinião Pública* 31(1), produzida a partir de *survey* aplicado à comunidade de cientistas políticos brasileiros.

[3] Partido não classificado na tipologia ideológico-partidária de Bolognesi e colegas (2025) por ter sido criado em outubro de 2023, classificado aqui com base em seu programa e autodenominação como do espectro da direita.

com elevada escolaridade e concentrada nas faixas etárias mais altas. Além disso, observa-se, na disputa eleitoral, uma configuração ideológica caracterizada pelo confronto entre esquerda e direita: 12 dos 13 partidos estão localizados nesses dois pólos ideológicos, e apenas um se encontra no centro ideológico (centro-direita).

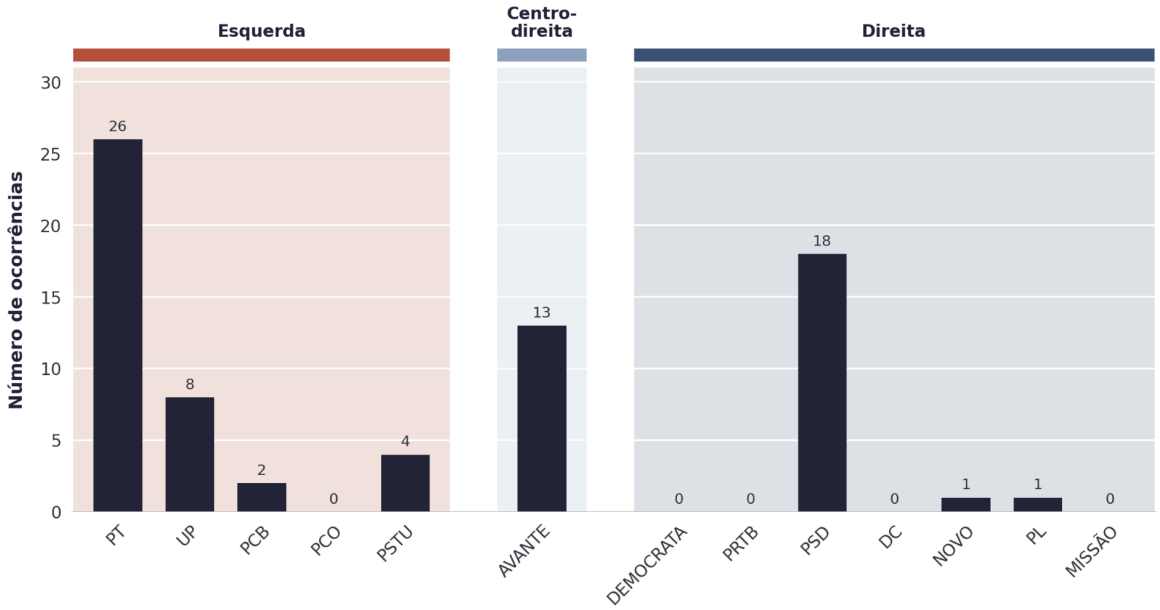
Frequência, qualificadores e sentidos do termo "participação" nos programas de governo

O Gráfico 1 apresenta a frequência de ocorrência da palavra "participação" nos planos de governo dos diferentes partidos. Para a contagem, foram consideradas apenas as ocorrências relacionadas à participação da sociedade na gestão pública, excluindo-se aquelas em que o termo era empregado com outros sentidos. Também foram incluídas as variações associadas ao mesmo campo semântico, como "participar" e "participativo/a".

Os planos de governo dos candidatos do PT e do PSD destacam-se por conferir maior presença do termo "participação" entre os documentos analisados. Em contraste, cinco das 13 candidaturas não registraram nenhuma ocorrência do termo, das quais quatro pertencem a partidos situados à direita do espectro ideológico. Entre os planos sem referência à participação estão os do PRTB, PCO, Missão, Democratas e DC. É importante observar, entretanto, que a ausência da palavra "participação" e suas variantes não significa, necessariamente, que esses documentos não contemplem propostas voltadas à atuação da sociedade. Tais propostas podem ser formuladas por meio de outros termos, cuja identificação será captada nos gráficos da próxima seção.

Gráfico 1: Frequência do termo “participação” por candidatura

Brasil — 13 programas presidenciais; unidade de análise: programa/candidatura.

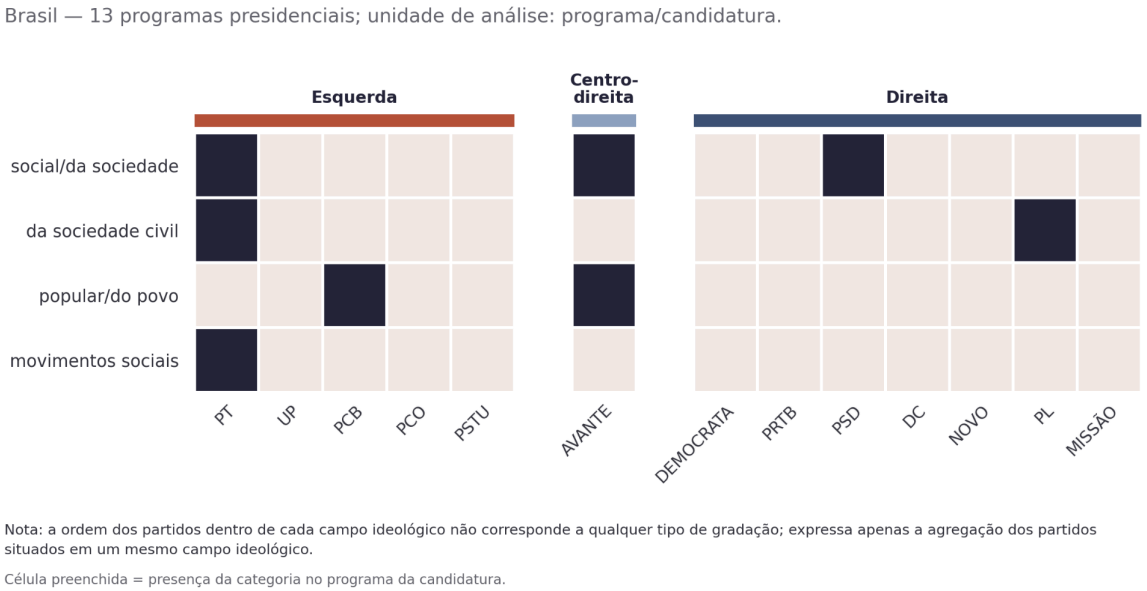


Nota: a ordem dos partidos dentro de cada campo ideológico não corresponde a qualquer tipo de gradação; expressa apenas a agregação dos partidos situados em um mesmo campo ideológico.

Fonte: Elaboração do OPar, com base em dados do TSE (2026).

O Gráfico 2 apresenta os termos aos quais a palavra “participação” aparece associada nos programas de governo. Esses termos, aqui denominados qualificadores, indicam “de quem” ou de “que tipo” de participação os documentos tratam. No geral, entre os mais recorrentes, destacaram-se “social/da sociedade”, “da sociedade civil” e “popular/do povo”. No plano do PT, quando a participação apareceu acompanhada de um qualificador, predominaram as referências “da sociedade civil”, “movimentos sociais” e “social/da sociedade”; no plano do PCB, “popular/do povo”; no Avante, apareceu associada a dois qualificadores: “social/da sociedade” e “popular/do povo”; no plano do PSD, a “social/da sociedade”; e, finalmente, no PL, a “sociedade civil”.

Gráfico 2: Qualificadores por candidatura

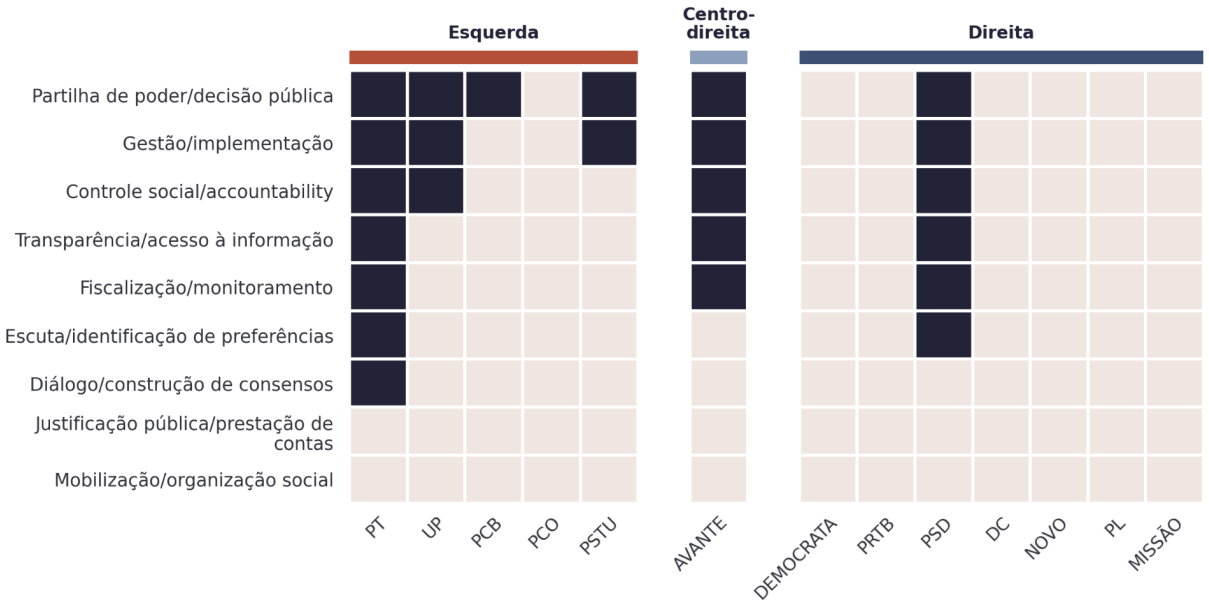


Fonte: Elaboração do OPar, com base em dados do TSE (2026).

Os diferentes sentidos aos quais a participação é associada sugerem concepções distintas sobre seu alcance, que pode variar desde formas de interlocução e consulta à sociedade até modalidades que pressupõem maior incidência social sobre a gestão pública e a tomada de decisões. Conforme mostra o Gráfico 3, quando mencionada, a participação é predominantemente associada ao sentido de “partilha de poder/decisão pública” (presente em seis planos) e, em seguida, de “gestão/implementação de políticas” (presente em cinco planos) e “controle social/accountability” (presente em quatro planos de governo). Com o primeiro sentido mencionado, o termo apareceu nos planos do Avante, PCB, PSD, PSTU, PT e UP. Nota-se que nos planos do PT, Avante e PSD a participação apareceu associada a maior pluralidade de sentidos. Em contraste, no documento do PCB, aparece associada somente à “partilha do poder”.

Gráfico 3: Sentidos da participação por candidatura

Brasil — 13 programas presidenciais; unidade de análise: programa/candidatura.



Nota: a ordem dos partidos dentro de cada campo ideológico não corresponde a qualquer tipo de gradação; expressa apenas a agregação dos partidos situados em um mesmo campo ideológico.

Célula preenchida = presença da categoria no programa da candidatura.

Fonte: Elaboração do OPar, com base em dados do TSE (2026).

Não obstante, as menções a diferentes sentidos da participação, com variados alcances em termos de incidência sobre as decisões públicas, não aparecem, nas propostas, necessariamente acompanhadas de detalhamentos quanto ao desenho institucional, articulação de mecanismos, regras e formas de funcionamento que ofereçam encaminhamento concreto à participação.

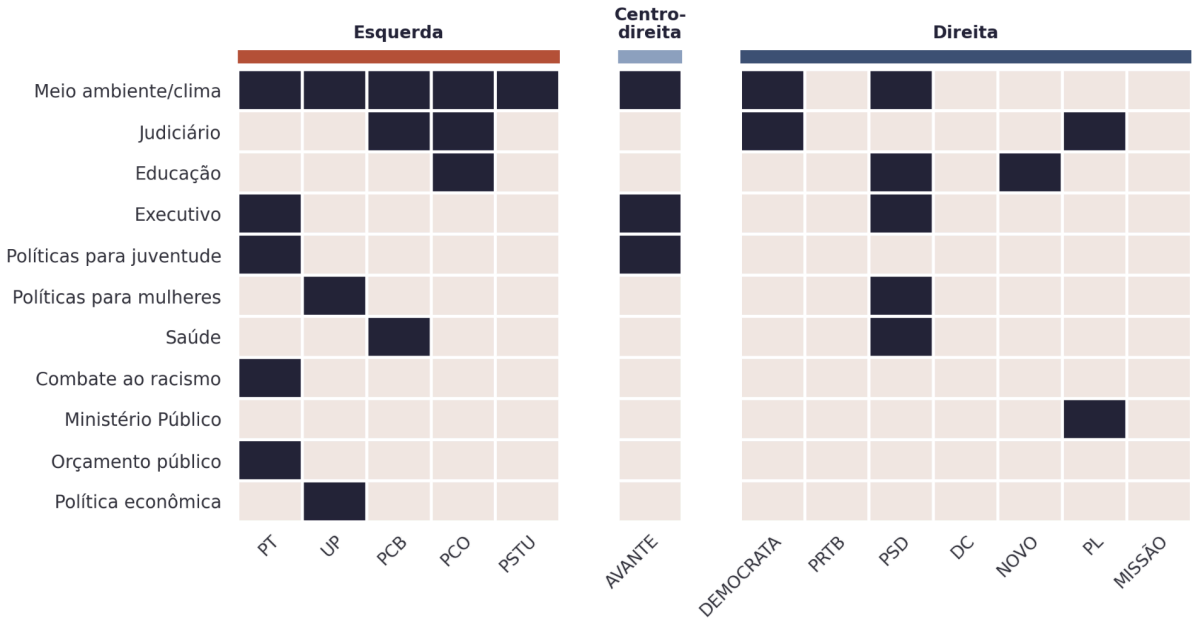
Instrumentos, públicos e temas de incidência da sociedade nos planos de governo à Presidência

Os dados desta seção permitem ampliar a análise para além da frequência e dos sentidos atribuídos ao termo “participação”, identificando também os temas, as áreas de políticas públicas, os públicos e os instrumentos concretos de incidência da sociedade mencionados nos programas de governo. Desse modo, a análise busca captar diferentes formas pelas quais a participação social é incorporada às propostas, inclusive nos casos em que os documentos não empregam explicitamente o termo “participação”.

Nessa direção, o Gráfico 4 apresenta os temas e/ou as áreas de políticas públicas nas quais, segundo os planos de governo, está prevista alguma forma de incidência de participação social. Dos 13 planos analisados, oito preveem algum tipo de participação na área do meio ambiente e quatro no poder judiciário. Os planos do PT e do PSD destacam-se por apresentar a maior diversidade de temas de políticas públicas nas quais se prevê algum tipo de incidência da sociedade.

Gráfico 4: Temas de políticas públicas por candidatura

Brasil — 13 programas presidenciais; unidade de análise: programa/candidatura.



Nota: a ordem dos partidos dentro de cada campo ideológico não corresponde a qualquer tipo de gradação; expressa apenas a agregação dos partidos situados em um mesmo campo ideológico.

Célula preenchida = presença da categoria no programa da candidatura.

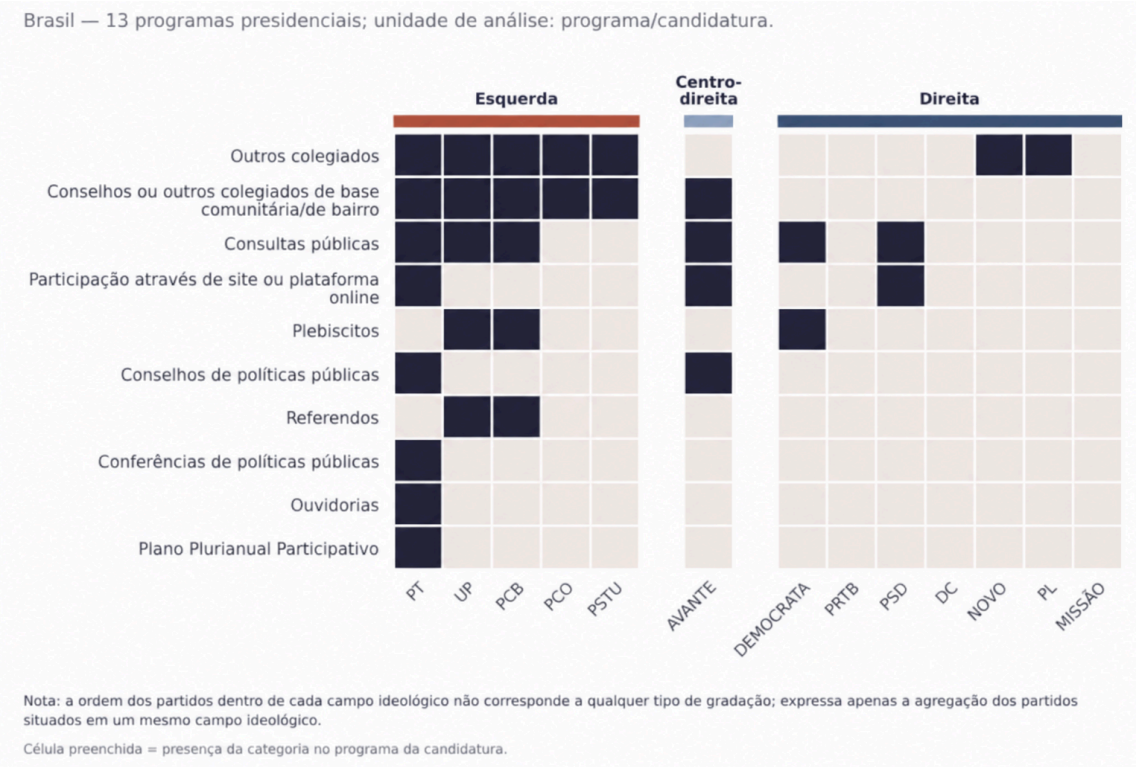
Fonte: Elaboração do OPar, com base em dados do TSE (2026).

O Gráfico 5 identifica os instrumentos concretos de participação mencionados nos planos de governo. Nota-se que “outros colegiados” diz respeito ao tipo de instrumento mais mencionado, estando presente em sete dos 13 planos analisados. Entre os colegiados mencionados nas propostas e classificados nessa categoria, encontram-se conselhos e assembleias populares (UP e PCB), conselhos de trabalhadores e usuários das políticas

públicas (PSTU), colegiados voltados ao controle do Judiciário e Ministério Público (PL), conselhos externos para escolha de reitores (NOVO), governo tripartite (PCO) e comitês de cultura estaduais (PT). Entretanto, a menção a esses instrumentos em geral não acompanha detalhamentos de como se daria seu funcionamento e articulação com outros instrumentos propostos, ou com a arquitetura participativa existente.

"Consultas Públicas" e "Conselhos ou outros colegiados de base comunitária ou de bairro" são os tipos que aparecem em segundo lugar nas citações, em seis planos cada. O plano de governo do PT é o que apresenta instrumentos mais diversificados. É digno de nota que as Conferências e as Ouvidorias, instrumentos conhecidos de participação, só aparecem no plano do PT. Por sua vez, os conselhos de políticas públicas, mecanismos de participação consolidados na experiência brasileira, aparecem apenas no programa do PT e do Avante. Os instrumentos de participação direta, plebiscitos e referendos, aparecem nos planos de dois partidos de esquerda, PCB e UP. O plebiscito também é mencionado no programa do Democrata, situado à direita do espectro ideológico.

Gráfico 5: Instrumentos e mecanismos por candidatura

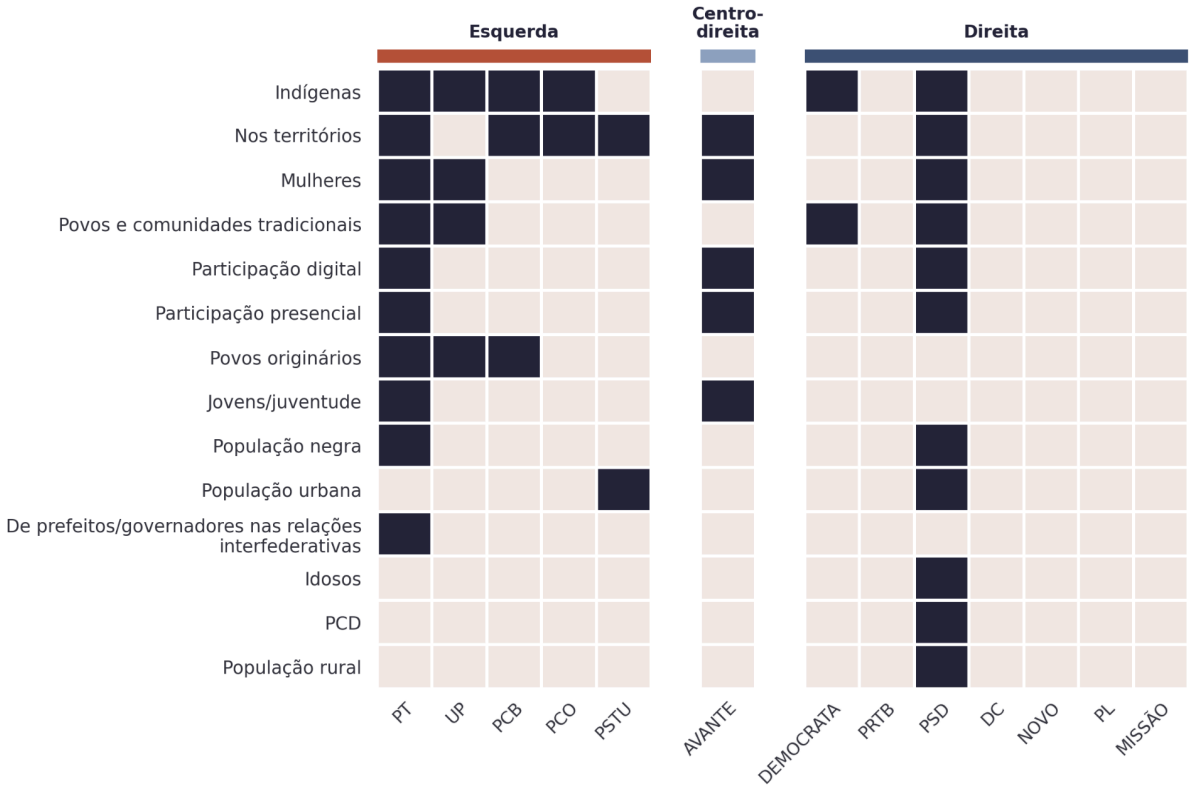


Fonte: Elaboração do OPar, com base em dados do TSE (2026).

O Gráfico 6 capta os públicos e ou espaços aos quais está associado, nos planos de governo, algum tipo de incidência da sociedade. “Povos indígenas” e “nos territórios” são os dois termos mais associados nos planos a alguma forma de participação. Novamente, as candidaturas do PT e do PSD são as que associam à participação a maior pluralidade de públicos e espaços.

Gráfico 6: Públicos e espaços por candidatura

Brasil — 13 programas presidenciais; unidade de análise: programa/candidatura.



Nota: a ordem dos partidos dentro de cada campo ideológico não corresponde a qualquer tipo de gradação; expressa apenas a agregação dos partidos situados em um mesmo campo ideológico.

Célula preenchida = presença da categoria no programa da candidatura.

Fonte: Elaboração do OPar, com base em dados do TSE (2026).

Discussão

Os resultados indicam que a participação social não se constitui como eixo integrador da ação governamental na maioria dos programas analisados, embora oito dos 13 documentos apresentem ocorrência do termo e cinco registrem propostas participativas por meio de outras expressões e instrumentos.

A presença expressiva da noção de participação como partilha de poder, em seis programas, sugere que a participação não é compreendida apenas como escuta ou consulta. Entretanto, o segundo instrumento mais presente nos programas são as consultas públicas. A análise revela, ainda, uma disparidade entre a presença de referências à participação e a ausência de especificação de propostas capazes de organizar a participação como política de governo. Há uma diversidade de instrumentos, públicos e temas, presentes frequentemente mediante menções isoladas. A amplitude das propostas, portanto, não corresponde ao seu detalhamento. Outro aspecto digno de nota é a escassez de propostas que apresentem instrumentos participativos inovadores ou combinem diferentes mecanismos de participação de modo a enfrentar problemas de alcance, inclusão e efetividade em um país de escala continental.

A insuficiência do desenho é particularmente relevante para a inclusão de grupos historicamente sub-representados. A menção a povos indígenas, comunidades tradicionais, mulheres, população negra, juventude e outros públicos não é acompanhada, na maioria dos casos, de propostas concretas para enfrentar desigualdades de acesso, barreiras territoriais, limitações de tempo e recursos, dificuldades de conectividade, assimetrias de informação ou assimetrias de poder e influência. A inclusão formal desses grupos em espaços participativos é insuficiente quando não existem condições para que suas demandas incidam sobre os resultados produzidos.

Nesse sentido, ampliar a participação social não significa necessariamente criar mais canais ou novos instrumentos, mas desenvolver instituições e processos capazes de garantir que diferentes públicos possam influenciar efetivamente as decisões públicas.

Recomendações

A partir dos achados da análise, recomenda-se que partidos, candidaturas e futuros governos avancem em cinco direções. Em primeiro lugar, é necessário incorporar a participação social de forma mais ampla e transversal aos programas de governo, explicitando não apenas os instrumentos que serão utilizados, mas o papel que cidadãos e organizações civis terão nas diferentes etapas das políticas públicas.

Em segundo, é importante ampliar a participação para além da consulta, garantindo possibilidades de atuação ativa e propositiva na formulação, implementação, monitoramento, avaliação e controle das políticas, com oportunidades reais de co-criação e co-gestão das políticas públicas. A democracia se fortalece quando os partidos, as candidaturas e os governos comprometem-se a produzir políticas com a sociedade, reconhecendo cidadãos, cidadãs e suas organizações não apenas como destinatários da ação pública, mas como sujeitos com voz e capacidade de incidir sobre sua formulação, implementação e avaliação.

Em terceiro lugar, recomenda-se investir em inovações participativas que, através da combinação de mecanismos presenciais e digitais, processos de base territorial e temática, e diferentes metodologias de deliberação e consulta, contribuam para superar desafios de escala e alcance sem reproduzir exclusões decorrentes das desigualdades de acesso e uso das tecnologias. Os instrumentos digitais, portanto, devem complementar – e não simplesmente substituir – formas presenciais e territorializadas de participação.

Em quarto lugar, os desenhos participativos devem incorporar explicitamente objetivos de inclusão e redução das desigualdades, criando condições para a presença e influência efetiva de grupos historicamente sub-representados, e reconhecendo a diversidade de conhecimentos, experiências e formas de organização social. Isso implica combinar diferentes saberes e procedimentos e criar condições materiais e institucionais para que a participação não seja apenas formal ou simbólica.

Por fim, a avaliação da qualidade da participação deve considerar sua capacidade de produzir consequências concretas. Processos participativos ganham legitimidade quando há transparência sobre o tratamento dado às contribuições recebidas, quando os participantes conseguem identificar sua incidência sobre as decisões e quando seus resultados contribuem para políticas mais inclusivas, para a redução das desigualdades, para o respeito à diversidade e para o fortalecimento de uma cultura democrática.

Conclusões

Consideramos que a participação social não deve ser entendida como uma agenda exclusiva de partidos de um perfil ideológico ou de um determinado modelo de governo. Ela constitui um dos instrumentos por meio dos quais as democracias podem ampliar a responsividade do Estado, fortalecer o controle público, incorporar conhecimentos e interesses diversos às decisões públicas, qualificar as políticas públicas, aproximar cidadãos das instituições políticas e fortalecer a confiança no seu funcionamento. Defender e aprofundar a participação deve, portanto, integrar a agenda de todos os partidos e governos comprometidos com o fortalecimento da democracia.

Os planos de governos em disputa nas eleições de 2026 evidenciam o desafio de avançar para além de referências genéricas à participação, de modo a estabelecer compromissos mais explícitos com instrumentos e práticas capazes de distribuir voz, influência e poder sobre as decisões públicas na população afetada por essas decisões.

Ficha técnica

Equipe OPar:

Adrian Gurza Lavalle - Coordenador

Carla Cecília Rodrigues Almeida - Coordenadora

Lizandra Serafim - Coordenadora

Ana Vaz - Doutoranda

Camila Oliveira Santana - Bolsista DTI - C (CNPq)

Inácio de Paula e Silva - Bolsista DTI - C (CNPq)

Laura Pimentel Barbosa - Gestão de projetos

Mateus Camillo - Coordenação de Comunicação

Maira Rodrigues - Pesquisadora associada

Rodrigo Martins - Cientista de Dados

Nota Técnica:

Lizandra Serafim - coordenação geral, desenho, sistematização, análise comparativa e redação

Carla Cecília Rodrigues Almeida - redação

Jackson Macêdo - análise documental e redação

Adrian Gurza Lavalle - redação

Rodrigo Martins - desenho, sistematização e análise comparativa, visualização de dados

Inácio de Paula e Silva - análise documental, sistematização e análise comparativa, visualização de dados e redação

Ana Vaz - análise documental, sistematização e análise comparativa, visualização de dados

Mariana de Souza Fonseca - análise documental

Comitê Gestor do INCT Participa:

Adrian Gurza Lavalle (NDAC/USP) - Coordenador

Marcelo Kunrath Silva (GPACE/UFRGS) - Vice-Coordenador

Carla Almeida (SociDem/UEM)

Carla Gandini Giani Martelli (GEPPADE/Unesp)

Eduardo Georjão (Resocie/UnB)

Euzeneia Carlos (NUPAD/UFES)

José Szwako (NDAC/UERJ)

Lizandra Serafim (NPPD/UFPB)

Matheus Mazzilli Pereira (GPACE/UFRGS)

Monika Dowbor (NDAC/UFRGS)

Assessoramento externo

Clovis Henrique Leite de Souza - Secretaria Nacional de Participação Social

Roberto Rocha Pires - pesquisador do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea)

Silvia Cervellini - cofundadora e diretora do Delibera Brasil

Uvanderson Vitor da Silva - coordenador de programas na Fundação Tide Setubal